escolar promovida por agricultor familiar e empreendedor familiar rural ou de suas organizações, diretamente à Secretaria Estadual e Municipal de ensino ou às escolas de educação básica pertencentes às suas respectivas redes de ensino, decorrente do Programa de Aquisição de Alimentos - Atendimento da Alimentação Escolar, instituído pela Lei Federal nº 10.696, de 2 de julho de 2003, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, nos termos da Lei Federal nº 11.947, de 16 de junho de 2009. (Convênio ICMS 143/10).

Parágrafo único. O disposto neste artigo somente se aplica:

I - aos agricultores familiares e empreendedores familiares rurais ou de suas organizações, detentores de Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar e enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF;

II - até o limite de R\$ 9.000,00 (nove mil reais) a cada ano civil, por agricultor ou empreendedor.”

VII - o inciso XVI ao art. 8º do Anexo III:

“XVI - condicionadores de solo e substratos para plantas, desde que os produtos estejam registrados no órgão competente do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e que o número do registro seja indicado no documento fiscal.”

Art. 3º Fica revogado o art. 394 do Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS-PA, aprovado pelo Decreto nº 4.676, de 18 de junho de 2001.

Art. 4º Fica convalidada, nos termos do Convênio ICMS 190, de 10 de dezembro de 2010, as operações realizadas pelos contribuintes optantes do Simples Nacional acobertadas pela Nota Fiscal modelo 1 ou 1-A emitidas após a data limite para obrigatoriedade de utilização da Nota Fiscal Eletrônica - NF-e, desde que a adequação tenha ocorrido até 90 (noventa) dias após a data indicada no Anexo Único do Protocolo ICMS 42/09 de 3 de julho de 2009.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado, produzindo efeitos, relativamente:

I - ao inciso I do art. 1º e aos arts. 3º e 4º, a partir de 16 de dezembro de 2010;

II - ao inciso VIII do art. 1º, a partir de 1º de janeiro de 2011;

III - aos incisos III, IV e IX do art. 1º, a partir de 1º de fevereiro de 2011;

IV - aos incisos V e VI do art. 1º e aos incisos III, IV, V, VI e VII do art. 2º, a partir de 1º de março de 2011;

V - ao inciso I do art. 2º, a partir de 1º de abril de 2011.

PALÁCIO DO GOVERNO, 15 de abril de 2011.

HELENILSON PONTES

Governador do Estado em exercício

DECRETO DE 18 DE ABRIL DE 2011

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ EM EXERCÍCIO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 135, incisos III e XVII, da Constituição Estadual, e

Considerando as disposições contidas no art. 13, inciso I, alínea I, da Lei Complementar nº. 022, de 15 de março de 1994, combinado com o disposto no Decreto Estadual nº. 3.411, de 16 de abril de 1999;

Considerando a indicação feita pelo Conselho Superior de Polícia Civil, nos termos do Ofício nº. 388-GAB/DGPC, de 7 de abril de 2011, da Delegacia Geral de Polícia Civil, Considerando os termos do Parecer nº. 294/2011 da Consultoria Geral do Estado,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica concedida a “*Medalha do Mérito Policial Civil*” às personalidades a seguir nominadas, face aos relevantes serviços dispensados em favor da Polícia Civil do Estado do Pará.

GILBERTO VALENTE MARTINS

Promotor de Justiça da Vara de Combate às Organizações Criminais

MILTON LUÍS LOBO MENEZES

Promotor de Justiça da 1ª Vara de Inquérito Policial

SHIRLEY NAZARÉ ALVES GOMES

Delegada de Polícia Civil

BEATRIZ DE OLIVEIRA DA SILVEIRA

Delegada de Polícia Civil

FRANCISCO DE ASSIS BARBOZA DA SILVA

Investigador de Polícia Civil

MARIA GERTRUDES ALVES DE OLIVEIRA

Escrivã de Polícia Civil

ANTÔNIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

Procurador-Geral de Justiça

Desembargadora RAIMUNDA DO CARMO GOMES NORONHA

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará

CEL PM MÁRIO ALFREDO SOUZA SOLANO

Comandante-Geral da Polícia Militar do Pará

Deputado MANOEL CARLOS ANTUNES

Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Pará

MAURÍCIO GIL CASTELO BRANCO

Delegado de Polícia Federal

ORLANDO SALGADO GOUVÊA

Diretor-Geral do Centro de Perícias Científicas “Renato Chaves”

CEL QOBM LUIZ CLÁUDIO SARMAHNO DA COSTA

Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Pará

SÉRGIO DUBOC MOREIRA

Diretor-Superintendente do Departamento de Trânsito do Estado do Pará

MAJOR QOPM FRANCISCO MOTA BERNARDES

Superintendente do Sistema Penitenciário do Estado do Pará

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO, 18 DE ABRIL DE 2011.

HELENILSON PONTES

Governador do Estado em exercício

DECRETO DE 18 DE ABRIL DE 2011

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ EM EXERCÍCIO, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 135, incisos III e XVII, da Constituição Estadual, e

Considerando as disposições contidas no art. 13, inciso I, alínea I, da Lei Complementar nº. 022, de 15 de março de 1994, combinado com o disposto na Resolução nº. 001/2002-CONSUP, homologada pelo Decreto nº. 5.714, de 12 de dezembro de 2002;

Considerando as indicações feitas pelo Conselho Superior de Polícia Civil, nos termos do Ofício nº. 389-GAB/DGPC, de 7 de abril de 2011, da Delegacia Geral de Polícia Civil; Considerando os termos do Parecer nº. 295/2011 da Consultoria Geral do Estado,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica concedida a “*Medalha Evvanovich de Investigação Policial*” aos policiais civis a seguir nominados, face à dedicação e eficiência em prol da Polícia Civil do Estado do Pará.

HENNISON JOSÉ JACOB AZEVEDO

Delegado de Polícia Civil

EDNALDO ARAÚJO DOS SANTOS

Investigador de Polícia Civil

JEAN GEORGE MESQUITA PEDROSA

Investigador de Polícia Civil

ANDRÉ LUÍS DE MESQUITA CARVALHO

Investigador de Polícia Civil

JOEL VIDAL NASCIMENTO

Investigador de Polícia Civil

CARLOS EDUARDO LUNA GÓES

Investigador de Polícia Civil

RAIMUNDO NELSON SANTOS DE SOUSA

Investigador de Polícia Civil

ALESSANDRA DO SOCORRO DA SILVA JORGE

Delegada de Polícia Civil

BENEDITO VILHENA DA SILVA

Delegado de Polícia Civil

SILVIO BIRRO DUARTY NETO

Delegado de Polícia Civil

REINALDO MENDONÇA GOMES JÚNIOR

Investigador de Polícia Civil

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO, 18 DE ABRIL DE 2011.

HELENILSON PONTES

Governador do Estado em exercício

DECRETO DE 18 DE ABRIL DE 2011

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ EM EXERCÍCIO, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 135, inciso III, da Constituição Estadual, e

Considerando os termos do Ofício nº. 031, datado de 11 de fevereiro de 2011, da Secretaria de Estado de Educação - SEDUC; Considerando que os candidatos abaixo discriminados foram aprovados e nomeados no Concurso Público C-154 da Secretaria de Estado de Educação - SEDUC, mas não tomaram posse dentro do prazo previsto em lei, conforme Processo nº. 2011/59545; Considerando os termos do Parecer nº. 277/2011 da Consultoria Geral do Estado,

R E S O L V E:

Art. 1º Tornar sem efeito, com base nos termos do art. 22, § 3º, da Lei nº. 5.810, de 24 de janeiro de 1994, a nomeação dos relacionados neste Decreto, os quais foram nomeados para exercer o cargo a seguir discriminado, com lotação na Secretaria de Estado de Educação - SEDUC.

CARGO: PROFESSOR AD-4

5ª URE: SANTARÉM

DISCIPLINA: FILOSOFIA

RUI CARLOS MAYER

DISCIPLINA: INGLÊS

SILVIA CRISTINA BARROS DE SOUZA

CRISTIANA CECILIA SENA NOGUEIRA GUIMARÃES

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO, 18 DE ABRIL DE 2011.

HELENILSON PONTES

Governador do Estado em exercício

DECRETO DE 18 DE ABRIL DE 2011

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ EM EXERCÍCIO, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 135, inciso III, da Constituição Estadual, e

Considerando os termos do Ofício nº. 031, datado de 11 de fevereiro de 2011, da Secretaria de Estado de Educação - SEDUC; Considerando que os candidatos abaixo discriminados foram aprovados e nomeados no Concurso Público C-105 da Secretaria de Estado de Educação - SEDUC, mas não tomaram posse dentro do prazo previsto em lei, conforme Processo nº. 2011/59545; Considerando os termos do Parecer nº. 277/2011 da Consultoria Geral do Estado,

R E S O L V E:

Art. 1º Tornar sem efeito, com base nos termos do art. 22, § 3º, da Lei nº. 5.810, de 24 de janeiro de 1994, a nomeação dos candidatos mencionados neste Decreto, os quais foram nomeados para exercer o cargo a seguir discriminado, com lotação na Secretaria de Estado de Educação - SEDUC.

CARGO: PROFESSOR, CÓDIGO AD4-401

MUNICÍPIO: BELTERRA

Disciplina: HISTÓRIA

SOLANY CRISTINA COSTA DA SILVA

Disciplina: MATEMÁTICA

VANESSA PIRES SANTOS

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO, 18 DE ABRIL DE 2011.

HELENILSON PONTES

Governador do Estado em exercício

DECRETO DE 18 DE ABRIL DE 2011

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ EM EXERCÍCIO, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 135, inciso III, da Constituição Estadual, e

Considerando os termos do Ofício nº. 042, datado de 1º de março de 2011, da Secretaria de Estado de Educação - SEDUC, incluso ao Processo nº. 2011/81793;

Considerando que os candidatos a seguir discriminados aprovados no Concurso Público C-125 da Secretaria de Estado de Educação - SEDUC foram nomeados, mas não tomaram posse do cargo no prazo legal;

Considerando o Parecer nº. 312/2011 da Consultoria Geral do Estado,